



Ministério da Educação

Processo Nº: 23123.007464/2023-51

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO Nº 01

Trata-se de peça impugnatória apresentada por empresa interessada em participar da Concorrência Presencial nº 90003/2024, doravante denominada impugnante, em face da Portaria nº 01, de 10 setembro de 2024 (SEI 5213496), que divulga a lista prévia de nomes para sorteio em sessão pública dos integrantes que comporão a Subcomissão Técnica de que trata o item 19 do Edital (SEI 5109976).

1. DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO

1.1. A concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Contratação, na forma do art. 10 do Decreto nº 6.555/2008, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.

1.2. A Lei nº 12.232 de 29 de abril de 2010, estabelece em seu § 5º, art. 10, o seguinte:

§ 5º Para os fins do cumprimento do disposto nesta Lei, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se referem os §§ 2º, 3º e 4º deste artigo, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

2. DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. A data de abertura da sessão pública para realização do sorteio está agendada para ocorrer no dia 24/09/2024, às 10h, conforme Portaria nº 01, de 10 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 176, Seção 2, pág. 12 (SEI 5213496).

2.2. A solicitante encaminhou e-mail na data 21/09/2024, conforme consta nos autos (SEI 5247448). Desta forma, o pedido de impugnação da solicitante é admissível e tempestivo, conforme legislação em vigor.

3. DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

3.1. Assim argumenta a impugnante, conforme síntese abaixo transcrita:

[...]

II. DAS RAZÕES DE SUSPEIÇÃO E/OU IMPEDIMENTO QUE ENSEJAM A SUBSTITUIÇÃO DO PROFISSIONAL SÉRGIO FLORES DE ALBUQUERQUE DA LISTA DE NOMES A SEREM SORTEADOS PARA A SUBCOMISSÃO TÉCNICA.

5. O sr. Sérgio Flores de Albuquerque, indicado na relação de profissionais da Portaria nº 1, de 10/09/2024, possui um vasto histórico de participações em subcomissões técnicas de outras concorrências para a contratação de agências de publicidade e propaganda, além de concorrências para contratação de comunicação institucional.

6. Recentemente, foi indicado para o sorteio da subcomissão técnica da Concorrência nº 90001/2024 da Embratur e, inclusive, após impugnação desta agência, teve o seu nome retirado da lista e substituído por outro profissional.¹

7. Também recentemente, foi indicado para o sorteio na Concorrência nº 1/2024 do Inmetro². Além dessa, o sr. Sérgio figura como suplente na subcomissão técnica da Concorrência nº 1/2024 da

SECOM3 e também como suplente na concorrência de comunicação corporativa conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério da Previdência Social (MPS)⁴. E mais: o sr. Sérgio também figura como 2º Suplente na Subcomissão Técnica da Concorrência nº 90001/20245, e consta na lista de nomes relacionados para sorteio da Subcomissão Técnica da Concorrência nº 90002/20246, ambas do Ministério das Comunicações.

8. Anteriormente, o sr. Sérgio Flores de Albuquerque já havia sido indicado para julgar a concorrência da Infraero (2012)⁷, da SECOM (2016)⁸, do Banco do Brasil (2017) – revogada, por conflitos de interesse de um membro da licitação⁹, do Ministério da Saúde (2018)¹⁰ e do Conselho Federal de Química (2018)¹¹, dentre várias outras.

9. Conforme disposto na Portaria nº 1, de 10/09/2024, o sr. Sérgio Flores de Albuquerque figura na lista de nomes para compor a subcomissão técnica da Concorrência nº 90003/2024, do MEC, na relação de “vinculados ao Ministério da Educação”.

10. Vale destacar que a teleologia e finalidade normativa do artigo 10 da Lei nº 12.232/2010 busca resguardar a total imparcialidade dos membros da subcomissão. Entre diversos membros que podem compor o rol de pessoas a serem sorteadas para a subcomissão técnica, a Lei visa a impedir que exista probabilidade de imparcialidade quanto ao membro que venha a compor a subcomissão técnica, responsável pelo julgamento de propostas técnicas.

11. É importante destacar que o sr. Sérgio Flores de Albuquerque, ao longo de sua carreira, ocupou diversos cargos de chefia de departamentos de publicidade, propaganda e marketing, funcionando, inclusive, como gestor de contratos¹². Durante esses períodos, é razoável afirmar que o sr. Sérgio Flores de Albuquerque tenha estabelecido vínculos, diretos e indiretos, com grupo de agências que tenham atendido ao MEC por meio de contratos de publicidade – muitas das quais, pelo que se tem notícia, participarão da Concorrência nº 90003/2024.

12. Esse fato, por si só, conforme os termos dos subitens 6.2 e 6.3 do Edital de Chamamento 01A/2024, faz exsurgir uma inafastável inviabilidade de participação do sr. Sérgio Flores de Albuquerque como membro da subcomissão técnica, quer por impedimento, quer por suspeição decorrente de presunção razoável.

13. Portanto, em conformidade com os princípios de legalidade, impessoalidade e moralidade que orientam as atividades da Administração Pública, urge reavaliar a indicação do sr. Sérgio Flores de Albuquerque na relação de pessoas a serem sorteadas para participarem da Subcomissão Técnica da Concorrência nº 90003/2024, promovida pelo MEC.

14. Isso porque a histórica relação do Sr. Sérgio com diversas agências que possivelmente concorrerão no certame implica uma presunção palpável, ainda que não intencional, de impedimento e/ou suspeição, por presunção razoável de potencial parcialidade de julgamento, podendo comprometer a integridade e a equidade do processo licitatório.

15. Por fim, considerando que o Sr. Sérgio Flores de Albuquerque ocupa, atualmente, o cargo de Gerente de Projeto | Chefe de Publicidade e Marketing do MEC¹³, não se tem certeza sobre a sua independência em relação às etapas que antecederam a produção do Edital, com a elaboração do briefing e demais documentos prévios ao lançamento da Concorrência nº 90003/2024. A sua participação na produção de tais documentos podem influenciar e enviesar o seu julgamento, contendo vícios – mesmo que inconscientes – capazes de macular a sua necessária imparcialidade no julgamento, especialmente em casos de eventuais equívocos no Edital.

16. Igualmente, também é possível que a sua participação como membro da Subcomissão Técnica influencie a imparcialidade dos demais membros, tendo em vista a sua posição de chefia e hierarquia funcional sobre os demais profissionais que compõem a lista de nomes vinculados ao MEC. Isto é, os demais membros correm sério risco de não terem total independência, num ambiente livre de qualquer influência hierárquica.

17. Por essas razões, requer-se seja declarado como suspeito ou impedido o sr. Sérgio Flores de Albuquerque, nos termos do item 19.3.4 do Edital e do artigo 10, § 5º, da Lei nº 12.232/2010, sob pena de prejuízo ao certame e desrespeito às regras previstas no edital e na legislação aplicável, culminando na sua substituição por outro profissional e no adiamento da sessão de sorteio prevista para ocorrer no dia 24/09/2024.

III. REQUERIMENTO DE APRESENTAÇÃO DE OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR PARTE DO MEC E RESPOSTAS.

18. Para além das razões de impugnação por suspeição e/ou impedimento do sr. Sérgio Flores de Albuquerque, e em atenção ao direito de plena impugnação previsto no artigo 10, § 5º, da Lei nº 12.232/2010 – o qual só pode ser plenamente exercido a partir da ciência integral, pelo interessado,

quanto ao procedimento de formação da relação prévia de profissionais indicados na Portaria nº 1, de 10/09/2024 – e também como decorrência dos deveres de publicidade e transparência ativa do MEC, como entidade da Administração, com previsão expressa dos artigos 10 e 11 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)¹⁴, requer-se a Vossa Senhoria a apresentação do seguinte:

- a. Detalhamento das funções e cargos ocupados, com identificação do nível hierárquico, de todos os profissionais que compõem a relação de nomes vinculados ao MEC.
- b. Detalhamento sobre a participação do sr. Sérgio Flores de Albuquerque nas etapas que antecederam a publicação do Edital, ou seja, ao longo da fase interna da Concorrência nº 90003/2024.
- c. Cópia dos ofícios enviados pelo MEC aos profissionais e aos órgãos parceiros para indicação dos nomes constantes da relação de pessoas, especificamente:
 - i. Ofício(s) de solicitação de indicação de cada um dos profissionais e órgãos parceiros, com ou sem vínculo com o Ministério da Educação;
 - ii. Resposta(s) formal(is) dos profissionais e dos órgãos parceiros à(s) solicitação(ões)

19. O atendimento dos requerimentos acima, no âmbito da presente impugnação, é essencial para que seja garantida a lisura, a transparência e a legalidade do processo de Subcomissão Técnica, nos termos do que resguardado pela finalidade do artigo 10 da Lei nº 12.232/2010, que rege as licitações de publicidade no país, no que toca ao rito do certame, sob pena de potencial nulidade dos atos do processo licitatório em questão.

20. Aliás, ainda no que toca ao rito, é importante observar a previsão expressa contida no § 2º do artigo 10 da Lei nº 12.232/2010 no sentido de que os profissionais indicados na relação de pessoas (prevista, no caso, no item 3 do Edital) a serem sorteados na sessão pública deverão estar previamente cadastrados no órgão, sob pena de violação da previsão legal:

Art. 10. As licitações previstas nesta Lei serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, com exceção da análise e julgamento das propostas técnicas. [...] § 2º A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, e será composta por, pelo menos, 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou entidade responsável pela licitação.

21. A existência de cadastro prévio como parte do rito obrigatório das licitações de publicidade é também reconhecida pelo Poder Judiciário, conforme precedente de Tribunais pátrio sobre a matéria:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA IMPETRANTE. [...] 3. Entretanto, a Lei nº 12.232/2010, em seu artigo 10, § 2º, exige, para a formação da relação de nomes que serão sorteados a fim de integrarem a Subcomissão Técnica de Julgamento, a existência de cadastro prévio. 4. No caso concreto, restou incontroversa a inexistência do cadastro prévio da Administração Municipal apto à formação da relação de nomes para sorteio de membros da Subcomissão Técnica. 5. Apresentação direta, pela Administração Pública, dos nomes a serem sorteados, sugerindo, inclusive, que o cadastramento dos mesmos estava sendo realizado no momento da formação da relação, o que fere a previsão legal de nomes previamente cadastrados. 6. Violação ao princípio da legalidade. Direito líquido e certo da impetrante ao devido processo legal. 7. Anulação dos atos administrativos de formação da Subcomissão Técnica de Julgamento e, consequentemente, dos atos administrativos posteriores. 8. Sentença reformada. Recurso provido.

22. Este também é o entendimento de Marçal Justen Filho, como se observa da sua obra Comentários à Lei de Contratos de Publicidade da Administração: Lei nº 12.232/2010:

Caberá à entidade administrativa elaborar e divulgar uma relação com nomes de possíveis membros, devidamente cadastrados. [...]

Mas isso não significa a possibilidade de indicação dos nomes para efeito específico da licitação. Essa questão também foi objeto de avaliação do TCU.

23. A avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), referida pelo jurista, consistiu naquela realizada à ocasião do Acórdão nº 2.250/2018 – Plenário, sob a relatoria do Ministro José Múcio Monteiro.

24. O TCU, no mesmo sentido que a jurisprudência brasileira, entende que os profissionais devem compor um cadastro antes da formação da relação de nomes que serão sorteados. Este cadastro é prévio, conforme exigido pela Lei nº 12.232/2010, e não concomitante à relação de nomes, nem com ela se confunde:

18. No mais, destaco que o § 2º do art. 10 da Lei 12.232/2010 é claro ao exigir o cadastro prévio dos membros da subcomissão técnica: [...]

19. O fato de [...] recorrer ao seu cadastro de profissionais, naquele momento, para escolher os membros da subcomissão técnica, alegando que os profissionais possuem formação nas áreas de comunicação, publicidade ou marketing, que são correlatas ao objeto do contrato, não cumpre o comando legal.

20. Concordo com o Diretor quando afirma que "estes empregados já deveriam estar previamente cadastrados e não ser escolhidos na hora, como foi feito" e que "a expressão 'previamente cadastrados' não foi utilizada ao acaso pelo legislador. Ao revés, o objetivo das normas é justamente impedir o que foi feito pelos responsáveis: escolher, ad hoc, quem lhes aprouvesse e não ter que respeitar um cadastro prévio já elaborado, para, aí sim, como seria o legalmente correto, dele pinçar os profissionais que comporiam a subcomissão técnica".1

25. Diante do exposto, esta Impugnante solicita a disponibilização dos documentos mencionados com a máxima urgência, a fim de garantir sua possibilidade de análise, visando à conformidade e integridade do certame licitatório em curso, tendo em vista o risco da prática de ilegalidades que podem, futuramente, causar a anulação do certame e prejuízo ao interesse público. Inclusive, caso se perceba a irregularidade na composição da relação de nomes que serão sorteados, por inexistência de cadastro prévio, pugna-se desde já seja corrigida.

IV. PEDIDOS.

26. Em face do exposto, requer-se o recebimento da presente impugnação, para o efeito de que:

a. Seja suspensa a realização do sorteio da relação dos nomes para compor a Subcomissão Técnica, prevista para ocorrer em 24/09/2024, tendo em vista a necessidade de análise do requerimento de suspeição e/ou impedimento em relação ao profissional sr. Sérgio Flores de Albuquerque.

b. A disponibilização imediata dos currículos atualizados de todos os membros da relação de nomes atualmente prevista na Portaria nº 1, de 10/09/2024, nos termos do artigo 11 da Lei de Acesso à Informação e dos deveres de publicidade e de transparência ativa, assim como em atenção ao direito de impugnar previsto no artigo 10, § 5º, da Lei nº 12.232/2010.

c. Nos termos do artigo 11 da Lei de Acesso à Informação e dos deveres de publicidade e de transparência ativa, assim como em atenção ao direito de impugnar previsto no artigo 10, § 5º, da Lei nº 12.232/2010 e ao dever de cadastro prévio previsto no artigo 10, § 2º, da mesma Lei, o fornecimento do seguinte:

c.1) Detalhamento das funções e cargos ocupados, com identificação do nível hierárquico, de todos os profissionais que compõem a relação de nomes vinculados ao MEC.

c.2) Detalhamento sobre a participação do sr. Sérgio Flores de Albuquerque nas etapas que antecederam a publicação do Edital, ou seja, ao longo da fase interna da Concorrência nº 90003/2024. c.3) Cópia dos ofícios enviados pelo MEC aos profissionais e aos órgãos parceiros para indicação dos nomes constantes da relação de pessoas, especificamente: i. Ofício(s) de solicitação de indicação de cada um dos profissionais e órgãos parceiros, com ou sem vínculo com o Ministério da Educação; ii. Resposta(s) formal(is) dos profissionais e dos órgãos parceiros à(s) solicitação(ões).

d. No mérito, a declaração de suspeição/impedimento do sr. Sérgio Flores de Albuquerque, pelas razões de fato e de direito apresentadas nesta impugnação, com a consequente substituição na relação de pessoas da Portaria nº 1, de 10/09/2024.

e. A designação de nova data para a realização da sessão pública de sorteio, de preferência após atendimento do pedido "d", com respeito ao prazo mínimo de 10 (dez) dias entre a publicação da relação final de profissionais e o dia de realização da sessão de sorteio, conforme previsto no artigo 10, § 4º, da Lei nº 12.232/2010.

[...]

4. DA ANÁLISE DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO

4.1. Em sua peça impugnatória, a empresa impugna o nome do Sr. Sérgio Flores de Albuquerque, arguindo possível suspeição e/ou impedimento por parte do indicado.

4.2. A arguição, no entanto, não encontra embasamento ou respaldo legal, tendo em vista o que estabelecem os arts. 18 e 20 da Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

(...)

Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

4.3. No caso em tela, não se verifica que o servidor se enquadre em quaisquer das situações que possam configurar impedimentos ou suspeição. A utilização de expressões vagas como “possivelmente concorrerão no certame implica uma presunção palpável, ainda que não intencional, por presunção de potencial parcialidade de julgamento...”, “não se tem certeza sobre a sua independência em relação às etapas que antecederam a produção do Edital”, “produção de tais documentos podem influenciar..., contendo vícios – mesmo que inconscientes- ...”, não é apta para caracterizar a quebra da imparcialidade de possível membro da subcomissão técnica. A propósito, a participação do servidor na lista não garante sua participação na subcomissão técnica, uma vez que ainda ocorrerá o sorteio, procedimento que garante a lisura, a transparência e a isonomia da escolha.

4.4. Registre-se, por oportuno, que o servidor ora impugnado possui 32 anos de serviço sem qualquer anotação em sua ficha funcional, sempre pautando seus trabalhos nos princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade, que orientam a Administração Pública, não havendo qualquer fato que desabone sua conduta. Demais disso, o fato de o servidor impugnado participar de várias outras subcomissões apenas corrobora sua qualificação técnica para a participar do certame. Pontue-se, ainda, que das 11 citações que a pretensa licitante mencionou, em 9 delas o servidor não teve qualquer participação.

4.5. Quanto a alegação de que a possível posição de chefia e hierarquia funcional do nome impugnado sobre os demais profissionais interferiria na imparcialidade dos trabalhos da subcomissão técnica, esclarecemos que o servidor não tem ascendência hierarquia funcional sobre os demais profissionais que compõem a lista de nomes vinculadas ao MEC, na qual consta servidores do INEP, da comunicação social e da publicidade.

4.6. Sobre à menção do cadastramento prévio para o sorteio dos membros da subcomissão técnica, a pretensa Licitante questiona a inexistência cadastro prévio, e ao mesmo tempo, disponibiliza a impressão da publicação no Diário Oficial datada de 10 de setembro de 2024, na qual o Ministério da Educação providenciou a publicação dos nomes dos integrantes para comporem a lista de sorteio para a subcomissão técnica, conforme determina a IN Secom/PR nº 1, de 19 de junho de 2023.

4.7. Quanto aos requerimentos constantes no item III da referida peça, esclarecemos o seguinte:

a) Detalhamento das funções e cargos ocupados, com identificação do nível hierárquico, de todos os profissionais que compõem a relação de nomes vinculados ao MEC.

Resposta: O detalhamento das informações consta no documento anexo a esta resposta (SEI 5247504).

b) Detalhamento sobre a participação do sr. Sérgio Flores de Albuquerque nas etapas que antecederam a publicação do Edital, ou seja, ao longo da fase interna da Concorrência nº 90003/2024.

Resposta: Neste quesito não existe o que se detalhar, uma vez que o servidor não participou em nenhum momento da fase interna, seja na elaboração dos artefatos ou na

elaboração de qualquer outro documento.

c) Cópia dos ofícios enviados pelo MEC aos profissionais e aos órgãos parceiros para indicação dos nomes constantes da relação de pessoas, especificamente:

i. Ofício(s) de solicitação de indicação de cada um dos profissionais e órgãos parceiros, com ou sem vínculo com o Ministério da Educação;

ii. Resposta(s) formal(is) dos profissionais e dos órgãos parceiros à(s) solicitação(ões)

Resposta: Segue, em anexo, junto com essa resposta, os referidos documentos (SEI 5247504).

4.8. No que diz respeito aos pedidos constantes no item IV da referida peça, esclarecemos o seguinte:

a) Seja suspensa a realização do sorteio da relação dos nomes para compor a Subcomissão Técnica, prevista para ocorrer em 24/09/2024, tendo em vista a necessidade de análise do requerimento de suspeição e/ou impedimento em relação ao profissional sr. Sérgio Flores de Albuquerque.

Resposta: A sessão será mantida para a data prevista, uma vez que após análise da peça impugnatória, esta Comissão Especial de Contratação entende que não há motivos de fato ou de direito que indiquem a suspeição e/ou impedimento do sr. Sérgio Flores de Albuquerque.

b) A disponibilização imediata dos currículos atualizados de todos os membros da relação de nomes atualmente prevista na Portaria nº 01, de 10/09/2024, nos termos do art. 11 da Lei de Acesso à Informação e dos deveres de publicidade e de transparência ativa, assim como em atenção ao direito de impugnar previsto no artigo 10, § 5º, da Lei nº 12.232/2010.

Resposta: Segue, em anexo, junto a esta resposta os referidos documentos (SEI 5247504).

c) Nos termos do art. 11 da Lei de Acesso à Informação e dos deveres de publicidade e de transparência ativa, assim como em atenção ao direito de impugnar previsto no artigo 10, § 5º, da Lei nº 12.232/2010 e ao dever de cadastro prévio previsto no art. 10, § 2º, da mesma Lei, o fornecimento do seguinte:

Resposta: Já respondido no item 4.5 acima

d) No mérito, a declaração de suspeição/impedimento do sr. Sérgio Flores de Albuquerque, pelas razões de fato e de direito apresentadas nesta impugnação, com a consequente substituição na relação de pessoas da Portaria nº 1, de 10/09/2024.

e) A designação de nova data para a realização da sessão pública de sorteio, de preferência após atendimento do pedido "d", com respeito ao prazo mínimo de 10 (dez) dias entre a publicação da relação final de profissionais e o dia de realização da sessão de sorteio, conforme previsto no artigo 10, § 4º, da Lei nº 12.232/2010.

Resposta: Já respondido na alínea "a" do item 4.13.

4.9. Pelos motivos expostos acima, não há que se falar em suspeição e/ou impedimento por parte do servidor em participar do referido sorteio para futura composição da Subcomissão Técnica.

5. CONCLUSÃO

5.1. Pelo exposto, com lastro no posicionamento levantado e na legislação vigente, acolhemos a presente peça impugnatória por ser tempestiva, para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo o horário e data da sessão pública para realização do sorteio da Subcomissão Técnica, conforme preconiza a Portaria nº 01, de 10 de setembro de 2024.

RICARDO DOS SANTOS BARBOSA
Presidente

ARTHUR LIMA DE MORAIS
Membro

PAULO RONALDO DOS SANTOS
Membro

PRISCILA CARLA DA SILVA
Membro

LEONARDO CAVALCANTI DE BARROS
Membro

Brasília, 23 de setembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Barbosa, Servidor(a)**, em 23/09/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ronaldo dos Santos, Pregoeiro(a)**, em 23/09/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Lima de Moraes, Servidor(a)**, em 23/09/2024, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Carla da Silva, Servidor(a)**, em 23/09/2024, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Cavalcanti de Barros, Servidor(a)**, em 23/09/2024, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5247507** e
o código CRC **27CA7BD9**.
